

## REINVENÇÕES DO ANTICOMUNISMO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Danilo Sorato Oliveira Moreira<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo desse artigo é analisar como o Anticomunismo é reinventado no Brasil historicamente através da Política Externa Brasileira em momentos históricos diversos como o século XX e o início do século XXI. A metodologia utiliza-se de revisão bibliográfica e análise documental/discursos oficiais sobre a temática. A hipótese defendida é que o Anticomunismo na Política Externa Brasileira é reflexo das dinâmicas estruturais e conjunturais do sistema internacional, bem como dos cenários políticos-ideológicos nacionais, tanto no século anterior quanto no século corrente. Por fim, sobre argumentos finais, entende-se que o Anticomunismo na Política Externa é fenômeno recorrente na estratégia internacional brasileira, como parte das ações políticas internacionais.

**Palavras-chave:** Política Externa Brasileira, Reinvenções, Anticomunismo.

**Abstract:** The purpose of this article is to analyze how anti-communism is historically reinvented in Brazil through Brazilian Foreign Policy at different historical moments such as the 20th century and the beginning of the 21st century. The methodology uses a bibliographic review and document analysis / official speeches on the theme. The hypothesis defended is that Anticommunism in the Brazilian Foreign Policy is a reflection of the structural and conjunctural dynamics of the international system, as well as of the national political-ideological scenarios, both in the previous century and in the current century. Finally, on final arguments, it is understood that Anticommunism in Foreign Policy is a recurring phenomenon in Brazilian international strategy, as part of international political actions.

**Keywords:** Brazilian Foreign Policy, Reinventions, Anti-Communism.

### INTRODUÇÃO

O Anticomunismo é um fenômeno recorrente no pensamento político nacional. Desde os anos de 1930, como mostram Rodeghero (2002a) e Moreira (2012), diversos agentes políticos e instituições brasileiras (Igreja Católica, Exército, Imprensa) tornaram a relação tensa, por vezes, conflitiva

---

<sup>1</sup>Mestre em Ensino de História pela Universidade Federal do Amapá, Brasil. Membro-pesquisador da Faculdade de História Ananindeua, Brasil.

contra o comunismo. Esse sentimento anticomunista, também, é percebido na Política Externa Brasileira do período.

Como nos mostra Marques (2011, p. 645) com a subida ao poder de Vargas em 1930, as preocupações com o combate ao comunismo se tornaram explícitas com a Lei de Segurança Nacional de 1934. Nesse ínterim, O Ministério das Relações Exteriores, via Itamaraty, amplia sua agenda anticomunista através da cooperação internacional de órgãos de propaganda anticomunista, no caso a Entente Internationale contre la Troisième Internationale.

Essa agenda do Primeiro governo Vargas inclui colaboração bilateral com países vizinhos, como o Uruguai. Ambos, em suas políticas externas anticomunistas elaboram articulações de perseguições a grupos políticos comunistas em seus territórios e fronteiras. Como argumenta Nepomuceno (2015, p. 139), a “diplomacia anticomunista” foi intensa e muito bem planejada pelos dois governos, especialmente ao tópico da agenda em que havia troca de informações contra subversivos.

Em diversos momentos e governos, pode-se perceber maior ou menor atuação da Política Externa Brasileira contra o comunismo. Além da primeira metade do século XX, encontram-se no Brasil, também, diversos ataques à ideologia política nos anos de 1960 com a ditadura militar. Por exemplo, a atuação do Centro de Informações do Exterior (CIEEX) é representativa do papel que o Itamaraty exerceu enquanto agente governamental contra o comunismo, como aponta Filho (2009, p. 44).

Essa é uma das diretrizes implantadas pelo governo Castelo Branco ao assumir o poder em 1964. O que Cervo e Bueno (2012, p. 395) chamaram de “dimensão bipolar” é um conjunto de ações alinhadas aos Estados Unidos da América (EUA), especialmente a visão política anticomunista. Em outros governos militares, como Geisel, essa visão perde força e intensidade, mas após o Golpe Militar é uma tendência muito presente nas ações externas do país.

O final da Guerra Fria trouxe um tempo de distensão contra o comunismo no mundo e no Brasil, porque houve abertura para diálogos abertos e criação de partidos políticos. Nesse momento em que sentimentos e

memórias anticomunistas são menores, as Políticas Externas Brasileiras não atuam de forma agressiva como ocorreu em momentos anteriores.

Nesse tempo, os governos são categorizados a partir da sua inserção internacional com os fluxos globais. Há três tipos de estado: os estados desenvolvimentistas, os estados normais e os estados logísticos. A sua classificação depende da participação do Estado na economia. Como nos mostram Cervo e Bueno (2012, p. 489) desde Sarney até Rousseff, a preocupação era em como o estado nacional brasileiro vai se desenvolver, se com mais autonomia ou mais dependência. Assim, a ideologia política anticomunista não ganha espaço nos debates da política exterior brasileira.

Entretanto, na primeira década do século XXI, esse panorama começou a ser modificado. As transformações globais e nacionais, por exemplo o crescimento da China (político, econômico, tecnológico), bem como o surgimento de grupos políticos (neoconservadores nos EUA, extrema direita na Europa e conservadores-liberais no Brasil), ou eventos políticos transformadores (golpe de estado na Turquia, Impeachment no Paraguai, *Brexit* na Europa, eleição de Donald Trump nos EUA) (re) significaram um sentimento outrora esquecido no final da Guerra Fria: o Anticomunismo.

No Brasil, esse sentimento retorna a partir de 2013, com a disputa pelas ruas nas manifestações de junho. Como defende Freixo (2016, p. 9), as consequências desse movimento reivindicatório por melhores direitos sociais (transporte, educação, saúde) gerou uma divisão entre os grupos políticos do país. Nesse processo, as críticas políticas ao governo Dilma Rousseff partiam de adjetivos como “Corruptos”, “Ladrões” ligados aos “comunistas”. Diferentemente do sentimento anticomunista anterior, esse espaço-tempo específico levava a novos olhares e reinvenções acerca dessa ideologia.

A Política Externa Brasileira começa a sofrer as consequências desses grupos políticos que assumem o sentimento anticomunista contra as ações externas feitas pelo PT. A Política Externa Ativa e Altiva, como mostra Freixo et al (2011), articulou um olhar para o Eixo Sul-Sul buscando destacar um protagonismo brasileiro regional (Mercosul, Unasul, Celac) nos assuntos da agenda internacional (meio ambiente, conselho de segurança, etc.).

Em sentido contrário a essa perspectiva, os grupos políticos que emergiram do processo de impedimento de Rousseff (PSDB, MDB) produziram modificações de cunho discursivo na Política Externa. Como defende Freixo (2019, p. 2), os novos donos do poder justificaram a mudança de rumos por uma política supostamente “não ideológica”. Na prática, esse discurso leva a um progressivo afastamento de países do Sul, considerados “bolivarianistas”, entre eles a Venezuela.

A subida ao poder de Jair Bolsonaro em 2018 é uma posição ainda mais exacerbada do anticomunismo na Política Externa. O Bolsonarismo, como mostra Freixo (2019, p. 3) é um fenômeno que vai contra todo tipo de avanço e progresso a partir do final da Guerra Fria. Isto quer dizer que, sua perspectiva de mundo, e o mais importante, a inserção internacional que pretende para o país é caracterizada pelo constante questionamento do multilateralismo, das organizações internacionais, dos fluxos globais e dos “comunistas-globalistas”.

Portanto, a (re) invenção do Anticomunismo na Política Externa Brasileira na última década do século XXI possui as raízes tanto nas transformações conjunturais do mundo contemporâneo, quanto nas questões históricas do passado em especial entre nos anos de 1930 a 1980.

O objetivo desse artigo é analisar como o Anticomunismo é reinventado no Brasil historicamente através da Política Externa Brasileira em momentos históricos diversos no século XX e no início do século XXI. A metodologia utiliza-se de revisão bibliográfica e análise documental/discursos oficiais sobre a temática. A hipótese defendida é que o Anticomunismo na Política Externa Brasileira é reflexo das dinâmicas estruturais e conjunturais do sistema internacional, bem como dos cenários políticos-ideológicos nacionais, tanto no século anterior como no século corrente. Por fim, sobre argumentos finais, entende-se que o Anticomunismo na Política Externa é fenômeno recorrente na estratégia internacional brasileira, como parte das ações políticas internacionais. Na seção seguinte, discute-se o Anticomunismo na Política Externa Brasileira no século XX.

## O ANTICOMUNISMO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO SÉCULO XX

O Anticomunismo na Política Externa Brasileiro é percebido em dois momentos ao longo do tempo. Em primeiro lugar, torna-se fundamental compreender que o comunismo é combatido no Brasil em sentido interno nos anos de 1920 a 1930, ou seja, através das instituições públicas (governo, exército, igreja, imprensa, etc.).

Como nos mostra Moreira (2018, p. 39), o imaginário anticomunista esteve presente em periódicos católicos desde 1920. No fenômeno conhecido como Neocrisandade, a Igreja Católica incentivou a sua intelectualidade em fazer matérias jornalísticas contra o comunismo. Depois, nos anos de 1960, diante do contexto da Guerra Fria, a Igreja católica do Brasil e dos EUA atuam para combater o comunismo, como defende Rodeghero (2002b).

Também, existem outras instituições, entre elas o Exército, que possui uma dinâmica anticomunista comum. Como argumenta Junior (2014, p. 14), no Exército brasileiro as raízes do seu sentimento anticomunista aparecem a partir de 1917 com a Revolução Russa. Em muitos momentos da história brasileira, essa instituição juntou-se à Igreja Católica para divulgar ideias anticomunistas, o que revela uma profunda tradição institucional no país contra a ideologia vermelha.

Em segundo lugar, o anticomunismo na Política Externa Brasileira aparece em dois momentos históricos. No século XX, pode-se identificar a atuação internacional brasileira anticomunista no governo Vargas, tal como propõe Marques (2011). Em alguns momentos, essa ação do Itamaraty se mostra em formato bilateral com sua vizinhança sul-americana.

No caso entre Brasil e Uruguai, as ações anticomunistas focavam em identificar possíveis inimigos políticos nos dois locais. Há colaboração institucional para delatar os subversivos comunistas, como argumenta Nepomuceno (2015, p. 140):

Entre os anos de 1930 e 1940, Brasil e Uruguai sofriam, cada um a seu modo, as consequências da crise de 1929. Adotaram sistemas de governos semelhantes – centralizadores e autoritários – em franco desrespeito ao sistema de representação partidária, ao poder Legislativo e à Sociedade Civil. Em ambos os países, as Constituições foram *rasgadas* e deram lugar a outras, ambas

aprovadas em 1934, e elaboradas por constituintes *terroristas* e *getulistas*, eleitas sob uma nova ordem, cada qual em seus países. As histórias não são as mesmas, como diferente foram as estratégias políticas adotadas por Brasil e Uruguai. Mas um dos resultados convergentes das reações provocadas em cada país foi a adoção de medidas de repressão semelhantes, segundo se observa na documentação diplomática, e de proteção entre os governos contra seus opositores, de troca de informações não somente entre as polícias políticas, mas também entre as chancelarias, para impedir, cercear, vigiar e até mesmo prender ou extraditar políticos e intelectuais que opunham resistência a tais situações.

O que se percebe na citação é a evidente coincidência de posições entre governos sul-americanos contra o comunismo. Eles usavam do aparato institucional e legal para repreender seus opositores políticos, com diminuição de espaços de liberdades políticas. Uma estratégia internacional anticomunista clara entre governos de ideologias políticas próximas.

Outras ações dizem respeito à interferência política do governo Vargas para forçar a interrupção das relações diplomáticas do Uruguai com a URSS em 1935, baseado em sua política anticomunista na Política Externa, como propõe Ayçaguer (2008, p. 93).

Essa ligação, também, esteve presente no contato bilateral de Brasil e Argentina entre os anos de 1930 a 1960. Como propõe Setemy (2010, 2013a; 2013b, 2015), o Itamaraty deu apoio às ações anticomunistas do governo Vargas, sobretudo na colaboração institucional entre os dois países através do compartilhamento de informações.

Outro alvo do comportamento anticomunista na Política Externa do governo Vargas foi a URSS. Como nos mostra Torres (2013, p. 54), o Itamaraty desde a instauração da Revolução Russa não manteve boas relações diplomáticas com o novo país. Essas ações foram corroboradas pelo governo Vargas, especialmente no que tange as instruções aos viajantes brasileiros a aquela realidade soviética.

Para além dessa perspectiva bilateral, com o recrudescimento do governo Vargas para o Estado Novo em 1937, a estratégia de combater comunistas é ampliada. Criou o aparato de informação e segurança no exterior para caçar comunistas, como ocorreu com o Serviço de Estudos e Investigações (SEI), tal como propõe Nepomuceno (2018). Sendo assim, criam-se estruturas institucionais ligados ao Itamaraty para combater os inimigos comunistas do governo.

Na segunda metade do século XX, o Anticomunismo na Política Externa continua a ser percebido em diversos governos, por exemplo, no de Dutra e Vargas. Como defende Salomão (2015, p. 40), ambos os governos possuem uma retórica e uma ação anticomunista tendo em vista a parceria com os EUA, especialmente na busca por benefícios econômicos.

Na Organização das Nações Unidas, o governo Dutra marcou sua posição ao lado dos americanos. No que tange ao combate do comunismo, o país colocou-se a favor de medidas contra esse movimento, como bem define Oliveira (2017a, 2017b). Tanto contra as posições soviéticas, quanto com as resoluções para a América do Sul.

No caso de Vargas, o anticomunismo não ficou restrito a sua área de atuação mais imediata na América do Sul, mas também, foi foco de atuação na América Central, especificamente na região das Antilhas. Como bem define Silva (2002, p. 96), uma das diretrizes máximas do país nessa região era o anticomunismo em escala internacional.

No governo seguinte, Juscelino Kubistchek, há ações bem pontuais em que o anticomunismo é praticado na sua ação internacional, como mostra Silva (2009). Essas atitudes ocorrem, por exemplo, na Revolução Húngara em 1956, algo que envolveu, inclusive, a Política Externa Independente. Como aponta Szilágyi (2016, p. 131), esse fato histórico foi vetor importante para corroborar com as teses dos anticomunistas contra qualquer aproximação junto aos países do Leste Europeu.

Nos anos de 1960 a 1985 essa tendência anticomunista na Política Externa é mantida e aprofundada com a Ditadura Militar. Em ações conjuntas entre o Itamaraty e o Centro de Informações do Exterior, como propõe Filho (2009, p. 44) e Prado (2017, p. 41), para a espionagem e delação de inimigos comunistas. Tais ações tiveram origem na gestão Castelo (1964-1967), quando o pensamento da Escola de Guerra e do Serviço Nacional de Inteligência são componentes para que o Itamaraty articule uma intensa política anticomunista, como defende Castilho (2014, p. 58).

Outro importante papel exercido é pelo Chanceler, Juracy Magalhães, no governo Castelo. Ele é responsável por medidas que ajudam o Itamaraty na

sua política anticomunista, como a aproximação com o SNI, a caça a adversários no próprio Itamaraty, dentre outras ações (RÊGO, 2017).

É interessante perceber o papel do relacionamento entre Brasil e URSS nesse período, no qual em muitos momentos há uma clara Política Externa anticomunista. Como defende Caterina (2015, p. 267), durante a Ditadura Militar, a ação internacional brasileira foi extremamente contrária a maior relacionamento político, embora no que tange ao aspecto econômico tenha ocorrido boas parcerias.

É óbvio que outros governos militares, como Geizel, são mais abertos ao diálogo com países comunistas, sobretudo quando se fala nos interesses econômicos e na ampliação dos mercados brasileiros. Por exemplo, o Brasil apoiou o movimento de independência de Angola que era comunista. Mas, politicamente, a retórica anticomunista é muito persistente nos formuladores e tomadores de decisão da Política Externa Brasileira.

O Final da Guerra Fria diminui a intensidade do anticomunismo no mundo e no Brasil. É tão somente na primeira metade do século XXI que ações de cunho anticomunistas são reinventadas na Política Externa Brasileira. Na próxima seção, será discutido esse novo olhar do Anticomunismo na Política Externa Brasileira.

## **O ANTICOMUNISMO REINVENTADO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO SÉCULO XXI**

No século XXI, com a volta do Anticomunismo na política brasileira, em especial na ação internacional brasileira, a partir de 2013 com as manifestações de 2013 (FREIXO, 2016; FREIXO; MACHADO, 2019b), há um cenário propício para o surgimento de uma antiga tradição na estratégia internacional brasileira.

O Final da Guerra Fria diminuiu a intensidade do anticomunismo pela crença em que o comunismo havia sido derrotado após a dissolução da URSS. No Brasil, em consonância com as dinâmicas externas, os partidos comunistas são liberados para participarem do jogo político-institucional.

É tão somente na primeira metade do século XXI que ações de cunho anticomunistas são reinventadas no mundo e Brasil. O surgimento de fissuras nas representações políticas e democráticas, como defende Freixo e Machado (2019b), abre espaços para eventos internacionais e nacionais diversos.

Em ambiente externo, ocorre o surgimento de grupos políticos anticomunistas a partir das rupturas de eventos como o golpe na Turquia (2016), o *Brexit* (2016), A Eleição de Donald Trump (2016) e o avanço da extrema-direita na Europa.

É importante salientar o papel de Trump e o neoconservadorismo americano na reativação do Anticomunismo em dinâmica global. Muitas vezes, como estratégia de oposição à China, esses discursos aparecem para colocar as duas potências em lados opostos.

Ademais, esses movimentos norte-americanos através de Steven Bannon vêm criando nexos de ligação e organização de uma direita global em vários países como Itália, Polônia, Brasil, etc (PENA, 2019). Entre as variadas pautas desse movimento anticomunista está, obviamente, a eliminação do inimigo vermelho, como último obstáculo para evitar uma possível decadência de soberania e nacionalismo dos países.

No âmbito nacional, as manifestações de junho de 2013 são o início dessa onda anticomunista na política nacional. Os grupos políticos<sup>2</sup> começam a atuar abertamente contra o comunismo, especialmente quando fizeram ligação com o partido dos trabalhadores (PT). Os reflexos desse movimento são, como nos diz Freixo e Machado (2019b, p. 10-11):

O ciclo de manifestações que se iniciara foi o primeiro desde o início da chamada “transição democrática”, na segunda metade da década de 1970, que não teve o Partido dos Trabalhadores – ou os movimentos que estiveram no cerne de sua formação como “Partido-Movimento” (KECK, 1991) – como um de seus principais protagonistas. Pelo contrário: quase sempre o PT e o seu modo de governar foram os principais alvos de boa parte das críticas dos manifestantes.<sup>2</sup> a “descoberta” das ruas pela direita, que passaria a ocupar também esses espaços, lócus por excelência das forças e movimentos democráticos e progressistas, desde os

---

<sup>2</sup>É paradigmática a atuação dos Bolsonaros, como líderes desse movimento anticomunista nacional. Já em 2016, por exemplo, o deputado federal, Eduardo Bolsonaro apresentou o projeto 5358/2016, para criminalizar o comunismo como movimento terrorista baseado na Lei Antiterrorismo (2016), passível de ser punido com prisão. Ver: BOLSONARO. **PL 5358/2016**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2085411>. Acesso em: 23/03/2020.

anos da ditadura. Esta direita incluía desde organizações nacionalistas extremistas até jovens manifestantes que mesclavam a retórica de uma “antipolítica” rasa – “contra tudo e contra todos” – com um liberalismo difuso, passando por grupos de skinheads, monarquistas, defensores do retorno da ditadura militar, grupos religiosos conservadores e cidadãos de classe média com um extemporâneo e caricato discurso anticomunista somado a um genérico sentimento anticorrupção.

Apesar de que naquele momento, achava-se que esses grupos elencados acima não iriam ir longe, eles conseguiram capitalizar uma força de organização que levaram a acontecimentos sucessivos de vitórias políticas, como o impedimento de Rousseff e a Eleição de Jair Bolsonaro.

É nessa força que o Anticomunismo, internamente, ganhou novo fôlego e força na política nacional. Logo, esses efeitos iriam chegar na Política Externa Brasileira em signos como “Desideologização”, “Sem ideologia”, etc.

A aceitação pela classe média e parte da população brasileira desses discursos é um reforço da atuação desses políticos, sobretudo para resolver a crise econômica-política do governo Rousseff. O Golpe de 2016 é a abertura definitiva para que o Anticomunismo seja aceito como parte do jogo político brasileiro.

Na política externa, o novo signo de intensidade anticomunista é ligar o comunismo ao bolivarianismo representados em países como Venezuela, Argentina, Cuba, dentre outros (LACERDA, 2019a, 2019b).

Com o Golpe de 2016<sup>3</sup>, o governo Temer inicia ações internacionais que pretendiam não ter ideologia na Política Externa. Entretanto, o que se viu na prática, foi uma vontade de olhar o processo eleitoral de 2018, assim com efeitos muito mais retóricos. (FREIXO, 2019a). Ainda sim, ações como a suspensão da Venezuela do MERCOSUL (MRE, 2017a) ou a criação do Grupo de Lima (MRE, 2017b), devem ser vistas como um novo olhar no sentimento anticomunista.

---

<sup>3</sup>Nesse texto, opta-se pelo uso da palavra Golpe para a saída de Dilma Rousseff, como defendido por FREIXO;MACHADO (2019b). Entretanto, a literatura é vasta ao identificar diversos posicionamentos como Golpe, *Impeachment*, *Golpeachment*. Ver: GUERRA, A. et al. **Brasil 2016: recessão e golpe**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017; BRASIL. **Impeachment: o julgamento da presidente Dilma Rousseff pelo Senado Federal**. Brasília: Senado Federal, SAJS, 2016; PRADO, C. **O Golpe na Presidenta Dilma Rousseff: Golpeachment**. Amazon, 2017.

É contraditório o posicionamento de Temer, haja vista sua antiga aliança com o PT. Entretanto, esse personagem político aproveita o contexto favorável contra o comunismo para sobreviver politicamente, pois se sabe através da sua carreira política que ele não é um anticomunista.

O seu sucessor, Bolsonaro, eleito em 2018, chega para radicalizar a política anticomunista, plataforma eleitoral que levou muitos eleitores antipetistas a votarem em sua candidatura. Como ele mesmo disse ao assumir a presidência e no seu Plano de Governo, sua missão era salvar o Itamaraty de ditaduras “assassinas” e “comunistas” (BOLSONARO, 2018).

Possivelmente, desde a Ditadura Militar, nenhum grupo político com representação significativa, como Bolsonaro, assumiu uma retórica tão clara anticomunista, tanto nas políticas internas quanto nas externas. Como propõe Almeida (2019), pautado nas ideias de Olavo de Carvalho<sup>4</sup>, o novo presidente luta contra o comunismo internacional visto sob o novo signo do “Globalismo” e do “Marxismo Cultural”.

Na mente desses personagens anticomunistas, empresários globais são patrocinadores de um movimento para acabar com a soberania dos países, além da sua cultura nacional. As elites políticas locais de esquerda são aliadas desses grupos quando defendem as organizações internacionais (ONU, OMC, UNESCO, etc.) e suas legislações.

Temer e Bolsonaro possuem muitas ações de Política Externa parecidas, como diz Moreira (2019a, 2020). Uma delas é assumir a retórica de uma estratégia internacional sem ideologia. Porém, o que se observa na prática é uma ideologia anticomunista, já que exclui países considerados de esquerda, como Venezuela, Bolívia, Nicarágua (MRE, 2019b; MRE, 2020).

Como já foi dito por Freixo (2019a), o governo Temer utilizou esse discurso muito mais visando ao pleito eleitoral, ainda que ações “não

---

<sup>4</sup>Considerado como ideólogo de Jair Bolsonaro, Olavo de Carvalho é formado no pensamento da direita conservadora dos anos de 1980-1990, sobretudo nas definições de marxismo cultural. Atualmente, reside nos EUA, constantemente respeitado e visitado por grupos de direita dos EUA, do Brasil e mundo. Sua teoria contra o Globalismo, segundo o próprio, há uma conspiração mundial para a subida ao poder de um único estado e administração mundial, é uma necessidade de grupos empresariais globais, burocratas de Organizações Internacionais e grupos políticos nacionais de esquerda. Ver: PENA, L. “Globalismo”: o discurso em política internacional sob a ideologia da nova extrema direita brasileira. *Fronteira*, Belo Horizonte, v. 18, n. 36, 2º semestre 2019, p. 371-386.

ideológicas” de Política Externa sejam percebidas nesse momento, como por exemplo, o combate ao bolivarianismo-comunismo da Venezuela via suspensão do MERCOSUL (MRE, 2017a) ou criação do Grupo de Lima (MRE, 2017b).

É válido dizer que a utilização da palavra “desideologização” pelos Chanceleres de Temer e Bolsonaro (SERRA, 2016; NUNES, 2017; ARAÚJO, 2019) é uma retórica para esconder seus reais interesses enquanto formuladores de Política Externa.

Com o contexto favorável tanto externamente, quanto internamente, os interesses desses formuladores de Política Externa Brasileira é resgatar/reinventar a tradição anticomunista na estratégia internacional brasileira. A nova ação internacional anticomunista é utilizar uma aparente neutralidade para atacar/excluir países considerados de esquerda, como Venezuela, Bolívia, Cuba, Nicarágua, dentre outros.

E fica um questionamento: Por que excluem esses países? Em primeiro lugar, a estratégia internacional deveria ser diferente do PT. Portanto, países do Sul, perderam espaço na agenda internacional. Depois, como parte do sentimento anticomunista, há uma aproximação com países ocidentais (EUA, Israel, Itália, França). Países que não possuem tradições comunistas, ou mesmo governos comunistas no poder.

Em relação ao governo Bolsonaro, há certa continuidade no Anticomunismo na Política Externa Brasileira, como propõe Moreira (2019a; 2019b; 2020). Porém as ações e estratégias são levadas ao extremo, como nos mostra Freixo (2019a). Fala-se em antiglobalismo, luta contra o comunismo via marxismo cultural, etc. Alguns formuladores de Política Externa Brasileira aderem a esse combate ao comunismo internacional (ARAÚJO, 2019), além da autoridade máxima do país (BOLSONARO, 2019a, 2019b, 2019c).

As ações de Política Externa Brasileira contra o comunismo não se restringem a Venezuela (MRE, 2019a), mas também a outros países como Cuba, Bolívia (MRE, 2020), Nicarágua (MRE, 2019b). O reconhecimento de governos não afins a política ideológica brasileira tem sido uma constante na ação internacional brasileira, como no caso venezuelano. Por outro lado, o Brasil em sua luta anticomunista realizou pressões diplomáticas contra os

países “bolivarianos” em foros multilaterais entre eles OEA, ONU, PROSUL, etc.

Vale lembrar que esse sentimento anticomunista, inclusive, é um dos fatores que levam essa administração a fazer um alinhamento com os EUA, e fazer críticas reiteradas a China, tal como propõe Donald Trump desde 2017 na sua Estratégia Nacional de Segurança<sup>5</sup>. O Brasil assume uma retórica anticomunista em âmbito internacional contrariando seus interesses mais imediatos, que é uma forte parceria comercial com a China.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Anticomunismo na Política Externa Brasileira é um fenômeno que vem se rearticulando ao longo do tempo. Como visto no artigo, ele possui suas raízes ainda no século anterior, mesmo antes da Guerra Fria. Em um mundo de crise econômica e política, há o surgimento de correntes políticas opostas ao movimento comunista.

Como visto, no Brasil, inicialmente essa tomada de posição ficou a cargo de instituições como a Igreja Católica, o Exército e a Imprensa. Com o desenrolar do tempo, esse sentimento político chegou de forma oficial e institucional no país, sobretudo com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder nos anos de 1930.

No caso dos anos de 1930 a 1985, esses grupos políticos ao tomarem o poder, utilizaram do amplo aparato institucional (SEI e CIEX) para espionar e caçar seus opositores. Para além disso, a estratégia internacional aparece constantemente numa difícil relação com a URSS, muito mais conflitiva no âmbito político do que no âmbito econômico. Também, existem articulações bilaterais (Uruguai, Argentina) de políticas conjuntas contra o comunismo.

---

<sup>5</sup>Em 2017, a Estratégia de Segurança Nacional americana é clara em definir aqueles que ameaçam os interesses americanos, no caso, poderes revisionistas (Rússia, China), estados ditatoriais (Irã, Coreia, Venezuela) e movimentos terroristas (Al Qaeda, Isis, etc.). Não é um acaso que as ações e estratégias contra a China além da Guerra Comercial, também passa pela guerra política. Ver: EUA. **National Security Strategy of The United States of America**. Washington: White House, 2017. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>. Acesso em: 21/03/2020.

Assim, esse primeiro momento, pode ser percebido como a origem do Anticomunismo na Política Externa Brasileira. Desde políticos trabalhistas (Vargas, JK) até militares (Dutra, Castelo, etc.), existe uma estratégia anticomunista internacional do Brasil.

O que vai a contracorrente dos estudos especializados de que identificavam maior abertura de pensamento de formuladores de Política Externa durante os anos de 1960, especialmente aqueles que defendiam uma maior autonomia frente os EUA.

Apesar dessa autonomia, o anticomunismo estava presente em muitas ações e estratégias, até pela forma como o Itamaraty se articulou nesse contexto. Utilizou-se da coleta de informações de brasileiros e estrangeiros no exterior, portanto atuou como braço institucional no combate de inimigos vermelhos.

Após breve diminuição das correntes extremistas contra o comunismo após o final da Guerra Fria, período que dura aproximadamente 25 anos (1989-2014), há o retorno desses grupos autoritários sobre novos signos e estratégias no mundo e no Brasil. A reinvenção da luta contra o comunismo nasce mais uma vez, das crises econômicas e políticas que se iniciam em 2008.

Em um mundo descontente com as instituições democráticas e liberais, novos líderes e personagens políticos surgem para contra-atacar esse modelo político. Alguns de forma institucional (Trump), outros de forma ilegal (Endoorgan). Há ainda os movimentos contrários a Globalização como o *Brexit*.

O Brasil sente os efeitos dessa pressão econômica e política a partir das Manifestações de 2013. É nesse momento que os grupos anticomunistas resolvem articular estratégias e dinâmicas de atuação, lideradas em parte por Jair Bolsonaro.

Com o Golpe de 2016, o reposicionamento da Política Externa Brasileira é feita na administração Temer. O novo signo do Anticomunismo brasileiro reinventado é a retórica da “desideologização”. Na aparente neutralidade ideológica, eles excluem os parceiros estratégicos do PT (Venezuela, Bolívia, Nicarágua) para aprofundar em seu lugar antigos parceiros ocidentais (EUA, França, Itália, Israel).

Esse movimento é ainda mais ampliado e continuado por Bolsonaro, quando assume o poder no Brasil. Além da retórica mais forte e extrema, o país começa a tomar para si o combate ao comunismo internacional via globalismo, marxismo cultural e organizações internacionais.

O retorno do Anticomunismo na Política Externa Brasileira no século XXI. Como visto, com raízes históricas na tradição nacional de combater o inimigo vermelho em tempos de crise dos modelos democráticos e liberais pelo mundo e alhures.

Essa crise, que é recorrente pelo menos desde 2008, tem ainda mais alguns anos para seguir adiante, tendo em vista que essas dinâmicas ainda não chegaram em todas as regiões do globo. Mas é clara a percepção do crescimento de política internas e externas de combate ao comunismo, sobretudo por aqueles grupos que são reticentes a essa ideologia (empresários, religiosos, militares, políticas de direita, judeus, etc.).

Os novos signos e olhares contra o comunismo podem levar o mundo para mais um movimento global contra essa ideologia, logicamente que distinta daquela lógica do sistema bipolar da Guerra Fria. Entretanto, algumas táticas são muito semelhantes, como o ódio, a propaganda de raiva, a busca de eliminação dos rivais políticos, etc.

Por outro lado, se no século XX o Anticomunismo era visto em adjetivos como “ameaça”, “sindicalismo”, “burros”; hoje, o Anticomunismo é ligado a “corrupção”, “destruição dos valores cristãos e conservadores”. Novas linguagens para novos tempos, porém com sentimento anticomunista muito perceptível.

Portanto, o Anticomunismo na Política Externa Brasileira é um fenômeno recorrente, reinventado, ressignificado na estratégia internacional brasileira. Nos próximos dois anos, ele poderá trazer implicações negativas para os interesses brasileiros, já que em muitos momentos não leva em consideração os danos políticos e econômicos dessa tomada de posição. Mas, sem dúvidas, que se ele durar tanto tempo como no século XX, os estragos e custos serão ainda maiores.

## REFERÊNCIAS

### Documentos

ARAÚJO, E. **Discurso do ministro Ernesto Araújo durante cerimônia de Posse no Ministério das Relações Exteriores – Brasília, 2 de janeiro de 2019**. Publicado em 03 de janeiro de 2019a. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/19907-discurso-do-ministro-ernesto-araujo-durante-cerimonia-de-posse-no-ministerio-das-relacoes-exteriores-brasilia-2-de-janeiro-de-2019>. Acesso em: 08/01/2019.

BOLSONARO, J. **Plano de Governo - O Caminho da Prosperidade**. Brasília: TSE, 2018.

BOLSONARO, J. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional – Brasília, 1º de janeiro de 2019**. Publicado em 01 de janeiro de 2019a. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/19887-discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional-brasilia-1-de-janeiro-de-2019>. Acesso em: 08/01/2019.

BOLSONARO, J. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial – Brasília, 1º de janeiro de 2019**. Publicado em 01 de janeiro de 2019b. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/19899-discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial-brasilia-1-de-janeiro-de-2019>. Acesso em: 08/01/2019.

BOLSONARO, J. **Mensagem ao Congresso Nacional, 2019: 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura**. Brasília: Presidência da República, 2019c. Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/central-de-conteudos/downloads/mensagem-ao-congresso-2019/>. Acesso em: 06/02/2019.

BRASIL. A participação do Estado Brasileiro em graves violações no exterior. In: BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório. Brasília: CNV, 2014. p. 175-217. Acesso em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Capitulo%205.pdf>. Acesso em: 19/03/2020.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 255 – Decisão sobre a suspensão da República Bolivariana da Venezuela do Mercosul em aplicação do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul**. Publicado em 05 de agosto de 2017a. Disponível em:

<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17051-decisao-sobre-a-suspensao-da-republica-bolivariana-da-venezuela-do-mercosul-em-aplicacao-do-protocolo-de-ushuaia-sobre-compromisso-democratico>. Acesso em: 28/02/2020.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 259 – Declaração de Lima**. Publicado em 08 de agosto de 2017b. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17073-declaracao-de-lima>. Acesso em: 28/01/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 1 - Declaração do Grupo de Lima**. Publicado em 04 de janeiro de 2019a. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19913-declaracao-do-grupo-de-lima-4>. Acesso em: 08/01/2020.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 93 – Crise na Nicarágua**. Publicado em 16 de abril de 2019b. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20299-crie-na-nicaragua>. Acesso em: 23/06/2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 2 – Convocação de Eleições na Bolívia**. Publicado em 05 de janeiro de 2020. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/21186-convocacao-de-eleicoes-na-bolivia-2>. Acesso em: 23/06/2020.

NUNES, A. **Texto-base para o discurso de posse do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira – Palácio Itamaraty, 7 de março de 2017**. Publicado em 07 de março de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15829-texto-base-para-o-discurso-de-posse-do-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-aloyio-nunes-ferreira-palacio-itamaraty-7-de-marco-de-2017>. Acesso em: 13/01/2020.

SERRA, J. **Discurso do ministro José Serra por ocasião da transmissão do cargo de ministro de estado das Relações Exteriores**. Publicado em 18 de maio de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/14038-discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-18-de-maio-de-2016>. Acesso em: 26/03/2020.

TEMER, M. **Discurso do Presidente da República em exercício, Michel Temer, durante cerimônia de posse dos novos ministros de estado – Brasília, 12 de maio de 2016**. Publicado em 12 de maio de 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/14020-discurso-do-presidente-da-republica-em-exercicio-michel-temer-durante-cerimonia-de-posse-dos-novos-ministros-de-estado-brasilia-12-de-maio-de-2016>. Acesso em: 05/03/2020.

## Textos

ALMEIDA, P. **Miséria da diplomacia – A destruição da diplomacia no Itamaraty**. Boa Vista: Editora UFRR, 2019.

AYÇAGUER, A. La diplomacia del anticomunismo: la influencia del gobierno de Getúlio Vargas en la interrupción de las relaciones diplomáticas de Uruguay con la URSS en diciembre de 1935. **Estudios Ibero-americanos**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, jun. 2008, p. 92-120. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=134612638006>. Acesso em: 19/03/2020.

CASTILHO, A.O golpe de 1964 e a política externa brasileira dentro do contexto repressivo. **Revista Neiba**, v. 3, n. 1, 2014, p. 57-68. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/13849>. Acesso em: 25/06/2020.

CATERINA, G. **Um grande oceano: Brasil e União Soviética atravessando a Guerra Fria (1947-1985)**. Tese (Doutorado em História), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, f. 425, 2015. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/27454>. Acesso em: 21/06/2020.

CERVO, A; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil**. 4. Ed. rev. Ampl., 1ª reimpressão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

FREIXO, A et al (orgs.). **A Política Externa Brasileira na Era Lula: Um Balanço**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

FREIXO, A. Tudo à frente, nada à frente: protestos de rua e crise política no Brasil (2013-2016). In: FREIXO, A. (org.). **Manifestações no Brasil: as ruas em disputa**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016. p. 9-40.

FREIXO, A. **As relações exteriores – Bolsonaro, 100 dias**. Publicado 10 de abril de 2019. Le Monde. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/as-relacoes-exteriores-bolsonaro-100-dias/>. Acesso em: 19/03/2020.

FREIXO, A. MACHADO, R. Dias de um futuro (quase) esquecido: um país em transe, a democracia em colapso. In: FREIXO, A. MACHADO, R. (orgs.). **Brasil em transe: Bolsonarismo, Nova Direita e desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019b. p. 9-24.

JUNIOR, L. **A cruz e a espada contra a foice e o martelo: o anticomunismo católico e militar no Brasil (1917-1945)**. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos), Universidade Federal Fluminense, Niterói, f. 152, 2014. Disponível em: <http://www.ppgest.uff.br/images/Disserta/2014/Luiz%20Otvio.pdf>. Acesso em: 19/03/2020.

LACERDA, M. **Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados**. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, f. 207, 2018.

LACERDA, M. **O novo conservadorismo brasileiro**. Porto Alegre: Zouk, 2019.

MARQUES, R. Repressão política e anticomunismo no primeiro governo Vargas: a elaboração da primeira lei de segurança nacional. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, v.15, n. 107, out./2013-jan./2014, p. 631-665.

MOREIRA, D. **O Anticomunismo do Jornal A Palavra: O imaginário e suas mudanças de características (1930-1935)**. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal do Pará, Belém, f. 49, 2012. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/handle/prefix/3075>. Acesso em: 19/03/2020.

MOREIRA, D. Comunista? O Diabo? O imaginário anticomunista do jornal A Palavra (1930-1933). In: REIS, M; BASTONE, P; FERREIRA, L. **Política, Cultura e Sociedade na Contemporaneidade**. Macapá: Editora UNIFAP, 2018. p. 39-63. Disponível em: <https://www2.unifap.br/editora/files/2018/05/Livro-Pol%C3%adtica-Cultura-e-Sociedade-na-Contemporaneidade.pdf>. Acesso em: 19/03/2020.

MOREIRA, D. **Análise de Política Externa Brasileira: A continuidade dos governos Temer e Bolsonaro**. Monografia (Graduação em Relações Internacionais), Universidade Federal do Amapá, Macapá, f. 156, 2019a. Disponível em: [https://www.academia.edu/42088635/An%C3%A1lise\\_de\\_Pol%C3%ADtica\\_Externa\\_Brasileira\\_A\\_continuidade\\_dos\\_governos\\_Temer\\_e\\_Bolsonaro](https://www.academia.edu/42088635/An%C3%A1lise_de_Pol%C3%ADtica_Externa_Brasileira_A_continuidade_dos_governos_Temer_e_Bolsonaro). Acesso em: 21/03/2020.

MOREIRA, D; LUEDY, T. História e Política Externa: Perspectivas para o governo Bolsonaro. In: GUIMARÃES, A; CORDOVIL, W (orgs.). **II Simpósio Online de História dos Ananins: Ensino, Pesquisa e Extensão**. Ananindeua: Editora Cordovil E-books, 2019. p. 271-276. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1XZL1Z7k1J32QqysDg3pys1-k2uQYSHyw/view>. Acesso em: 21/03/2020.

MOREIRA, D. As semelhanças entre os governos Temer e Bolsonaro na Política Externa (2016-2019). **Revista Neiba**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, 2020, p. 1-19. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/47941/32222>. Acesso em: 21/03/2020.

OLIVEIRA, A. O Itamaraty, o corpo diplomático e a ONU no início da Guerra Fria: a atuação brasileira entre 1947 a 1956. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017a, Brasília. **Anais...** Brasília: UnB, 2017. p. 1-11. Disponível em: [https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502822581\\_ARQUIVO\\_a\\_nphu2017-ADNA.pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502822581_ARQUIVO_a_nphu2017-ADNA.pdf). Acesso em: 24/04/2020.

OLIVEIRA, A. O Itamaraty no início da Guerra Fria e a ONU: discussão anticomunista e a perseguição do PCB. **Augustus**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43,

jan./ jun. 2017b, p.9-17. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.15202/1764>. Acesso em: 25/05/2020.

NEPOMUCENO, M. **A missão cultural brasileira no Uruguai: A construção de um modelo de Diplomacia Cultural do Brasil na América Latina (1930-1945)**. Tese (Doutorado em Integração da América Latina), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

NEPOMUCENO, M. A criação de uma Diplomacia Anticomunista no governo Vargas, em 1937. **Em Tempo de História**, Brasília, n. 33, ago./ dez. 2018, p. 176-189. Disponível em: Acesso em: 19/03/2020.

PENA, L. “Globalismo”: o discurso em política internacional sob a ideologia da nova extrema direita brasileira. **Fronteira**, Belo Horizonte, v. 18, n. 36, 2º semestre 2019, p. 371-386. Disponível em: <file:///C:/Users/Home/Downloads/19677-Texto%20do%20artigo-76388-2-10-20190926.pdf>. Acesso em: 20/03/2020.

PRADO, M. **A atuação do Centro de Informações do Exterior (CIEX) do Itamaraty de 1966 a 1986: A reexternalização do conflito ideológico**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), UNESP/UNICAMP/PUC-SP, São Paulo, f. 95, 2017. Disponível em: Acesso em: 21/05/2020.

RÊGO, M. A trajetória de Juracy Magalhães na ditadura: entre suas memórias e a história. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017, Brasília. **Anais...** Brasília: UnB, 2017. p. 1-10. Disponível em: [https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502807559\\_ARQUIVO\\_At\\_rajetoriadeJuracyMagalhaesnaDitadura-entreamemoriaeahistoria.pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502807559_ARQUIVO_At_rajetoriadeJuracyMagalhaesnaDitadura-entreamemoriaeahistoria.pdf). Acesso em: 29/04/2020.

RODEGHERO, C. **Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002a.

RODEGHERO, C. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, 2002b.

SALOMÃO, F. **A política externa do segundo governo Vargas (1951-1954)**. Monografia (Graduação em Relações Internacionais), Fundação Armando Álvares Penteado, São Paulo, f. 55, 2015.

SETEMY, A. Por uma memória “diplomática”: O Itamaraty e o combate ao inimigo escarlate. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 10., 2010, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2010. p 1-16. Disponível em: [http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1276805216\\_ARQUIVO\\_ArtigoANPUHRS2010.pdf](http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1276805216_ARQUIVO_ArtigoANPUHRS2010.pdf). Acesso em: 19/03/2020.

SETEMY, A. O Itamaraty e a institucionalização das políticas de repressão ao comunismo: revisão e novos apontamentos historiográficos. **Clio**, Recife, v. 31,

n. 2, jul./dez. 2013a, p. 1-22. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24447>. Acesso em: 19/03/2020.

SETEMY, A. **Sentinelas das fronteiras: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, f. 341, 2013b. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/34/teses/805242.pdf>. Acesso em: 19/03/2020.

SETEMY, A. A conformação do Cone Sul em espaço transnacional de exílio e vigilância anticomunista: uma perspectiva a partir da análise dos telegramas diplomáticos (1935-1966). **Antíteses**, Londrina, v. 8, n. 15, nov. 2015, p. 101-131. Disponível em: Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193343056006>. Acesso em: 20/03/2020.

SILVA, D. Fronteiras estratégicas: as Antilhas sob a ótica da diplomacia brasileira, 1947-1953. **Revista Brasileira do Caribe**, v. 3, n. 5, jul./dez. 2002, p. 93-124. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rbrascaribe/article/view/3104>. Acesso em: 21/03/2020.

SILVA, E. O anticomunismo nos discursos políticos dos anos JK. **Em tempos de História**, Brasília, n. 14, jan./ jun. 2009, p.76-95.

SZILÁGYI, A. A Revolução Húngara de 1956 e a argumentação anticomunista no discurso público no Brasil no tempo da formação da Política Externa Independente. **Estudos Americanos**, Porto Alegre, v. 42, n. 1, jan.-abr./ 2016, p. 127-141. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/21831>. Acesso em: 24/04/2020.

TORRES, R. **O Inferno e o Paraíso se confundem: Viagens de brasileiros à URSS (1928-1933)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, f. 189, 2013. Disponível em: Acesso em: 20/03/2020.